

Ambiente Cerca de 60 mil homens trabalham atualmente na extração de ouro e diamante na bacia do rio Tapajós

Garimpo invade áreas de preservação no PA

André Borges
De Itaituba e Trairão (PA)

Os riscos apontados para a bacia do Tapajós deixam claro que a região amazônica, apesar do aumento nos índices de queda no desmatamento, continua a ser tratada como o grande almoxarifado de recursos naturais do planeta. As ações planejadas para a maior bacia hidrográfica do mundo não se restringem a planos de construção de uma sequência de usinas rios adentro. Bastou o governo informar que parte das terras que pertenciam às unidades de conservação da Amazônia havia sido desvinculada das áreas protegidas para que se tornassem alvo de ações de garimpo e extrativismo ilegal.

A pressão cresceu e o Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio) tem procurado controlar a situação e deter a entrada de pessoas na região, mas seu poder de atuação ficou reduzido, porque está restrito às áreas legalmente protegidas. “Com a desafetação (redução) das áreas, muita gente está se mexendo para entrar nas terras. Recebemos pedidos de garimpeiros e de pesquisadores para acampar na região, também estamos recebendo ameaças de invasão. A situação está muito delicada”, diz Maria Lucia Carvalho, chefe do Parque Nacional da Amazônia, ligada ao ICMBio.

Recentemente, o ICMBio autuou uma balsa que estava pronta para iniciar a garimpagem em área que, até dois meses atrás, pertencia à reserva. “Iam começar a tirar ouro da região. Quando informamos que não poderiam fazer aquilo, nos disseram que não tínhamos nada a ver com isso, que aquela área não pertencia mais ao parque e que iriam adiante”, conta Maria Lucia.

A extração de areia é outro alvo. Com o período de seca, que atinge o pico em setembro, diversas



Balsa carrega equipamentos de mineração no rio Tapajós: região está produzindo meia tonelada de ouro por mês, o que equivale a cerca de US\$ 26,4 milhões

praias surgem nas margens do rio, com dunas imensas de areia fina. “Já chegaram dois pedidos para retirada de areia na região do Buburé, dentro do parque nacional.”

Dentro da floresta, também foram detectados focos de exploração de palmito e madeira. “Avisamos que isso poderia acontecer, mas não fomos ouvidos”, diz Maria Lucia. “Não posso me calar sobre o que está acontecendo aqui. Minha crítica é técnica, não é política.”

O Ministério de Minas e Energia está à frente de um programa para tentar regularizar a mineração na região, além de dar uma solução ao caos fundiário. A maior preocupação do ICMBio, segundo Roberto Vizontin, presidente do instituto, tem sido garantir a segurança das áreas protegidas. “É permitido fazer mineração em algumas unidades, desde que respeitado o zo-

neamento de exploração. O plano de manejo indica onde pode ser feita a garimpagem. No entanto, é preciso legalizar esses garimpos. Quase tudo é ilegal”, diz Vizontin.

Na Floresta Nacional Crepori, por exemplo, que perdeu parte da área para permitir o licenciamento ambiental das usinas, há cerca de 3 mil pedidos de pesquisa e lavra minerais. “O garimpo é uma das questões que mais nos preocupa nessa região. As áreas que serão afetadas pelas barragens estão cheias de garimpeiros. Quando os empreendimentos forem construídos e o lago começar a ocupar as áreas, para onde vão esses garimpeiros? Eles vão ocupar o que puderem. Isso tem de ser controlado”, alerta o presidente do ICMBio.

Com a proliferação dos garimpos, aumenta ainda mais a ocupação irregular em uma região já

marcada por conflitos fundiários. Estima-se que só na região da BR-163 — entre a Serra do Cachimbo e Itaituba, no Pará — existam entre 5 mil e 6 mil famílias que demandam regularização de terras.

Há décadas, a região do Tapajós é alvo de milhares de garimpos ilegais em busca de ouro e diamante. Depois de sofrer uma intensa fase de exploração durante os anos 70 e 80, a exploração ficou quase estagnada nas duas décadas seguintes. Nos últimos cinco anos, porém, o garimpo voltou a florescer com força total, mas da pior maneira possível.

Estimativas locais apontam que atualmente há cerca de 60 mil homens trabalhando na extração de ouro e diamante na bacia do Tapajós. É mais da metade dos 110 mil garimpeiros que estão espalhados por toda a Amazônia. “Isso faz do

Tapajós o maior garimpo do Brasil”, afirma Seme Sefrian, ex-secretário de Mineração e de Meio Ambiente de Itaituba.

Quase todo esse batalhão atua de forma irregular, seja utilizando materiais ou máquinas proibidas, seja agindo em unidades protegidas ou sem qualquer tipo de autorização. O mercúrio, matéria-prima usada para separar o ouro da terra, segue direto para os afluentes do Tapajós. A terra, depois de lavada com mangueiras “bico-jato”, não é recomposta, deixando para trás imensas crateras de lama.

Para complicar ainda mais a situação, os garimpeiros passaram a utilizar retroescavadeiras para atingir uma profundidade de solo ainda não explorada. Até cinco anos atrás, esse tipo de equipamento, conhecido como “PC”, não

Região tem poucas aldeias indígenas

De Itaituba

Uma das razões que levaram o governo a apostar suas fichas na viabilidade das usinas de São Luiz do Tapajós e de Jatobá seria o fato desses projetos estarem desenhados para ocupar uma região livre de terras indígenas. Com apoio local da Fundação Nacional do Índio (Funai) em Itaituba, o **Valor** navegou pelo rio Tapajós, principalmente na área prevista para ficar entre os dois eixos das hidrelétricas. Ali está a aldeia Sawre Muybu, onde vivem 24 famílias que somam aproximadamente 110 índios da etnia munduruku.

Isolada na floresta, às margens do Tapajós, essa aldeia chegou a receber, recentemente, a visita de alguns pesquisadores de empresas de licenciamento contratadas pela Eletrobras. A aldeia está localizada na Floresta Nacional Itaituba 2. Sua extensão está conectada a essa unidade de conservação, mas com o enchimento da barragem de São Luiz, a aldeia Sawre Muybu ficará ilhada pelo lago da usina.

“Sabemos que querem tirar a gente da aldeia, mas nós nascemos aqui, somos daqui. Estamos acostumados com a vida que temos. Estamos tentando preservar a nossa cultura. Esse negócio de usina é assustador para nós”, diz Antônio Daice Munduruku, de 24 anos.

A Funai em Itaituba já identificou cinco aldeias dos índios munduruku na região, somando uma população de aproximadamente 500 pessoas. Essas aldeias não têm energia elétrica e o acesso só pode ser feito por meio do rio. As que possuem algum tipo de iluminação, utilizam geradores a diesel.

A aldeia onde Antônio Daice Munduruku vive com seus pais, mulher e três filhos foi criada há sete anos. Um processo de demarcação formal da terra começou em 2008, mas nunca foi concluído pela Funai. Essa situação preocupa os índios da região. Por lei, é proibido fazer aproveitamento energético em terras indígenas demarcadas. Foi esse tipo de situação que levou o governo a suspender, por exemplo, os estudos para implantação da usina

de Chacorão, no Alto Tapajós, na fronteira com o Mato Grosso. A usina atingiria diretamente a terra indígena demarcada dos mundurukus naquela região.

“Ninguém nunca mais falou sobre a demarcação de nossa aldeia. Estamos aqui sozinhos, sem proteção. Sabemos que só tem gente poderosa por trás disso, mas se estivermos organizados, podemos impedir essas obras”, diz Antônio Daice. “Temos os nossos irmãos do Alto Tapajós e nossos amigos ribeirinhos. Nós vamos procurá-los. A nossa luta é a deles também.”

A chefe de serviços de monitoramento ambiental e territorial da Funai em Itaituba, Juliana Araújo, afirma que, nas terras demarcadas do Alto Tapajós, onde nasce o rio, vivem cerca de 8 mil índios mundurukus, sem contar a população que já se espalhou nos municípios da região.

“Os índios realmente estão desconfiados de tudo. Se não houver diálogo e clareza, sabemos que eles não vão ficar de fora do assunto. As aldeias locais já avisaram que vão chamar seus irmãos e a situação pode ficar muito difícil”, comenta Juliana. “Eles já estão sentindo os impactos dos garimpos nessa área. Estão usando muito mercúrio e isso está contaminando a água. Já recebemos essa denúncia.”

Uma assembleia com todos os índios da região foi marcada para o fim de agosto, com o propósito de discutir as perspectivas das aldeias por conta da construção das hidrelétricas.

Em Brasília, o governo tem realizado uma série de reuniões com o propósito de regulamentar o Artigo 231 da Constituição Federal, que prevê a exploração de recursos hídricos dentro de reservas indígenas. “No momento, optamos por evitar qualquer problema que se aproxime de terras indígenas. O governo ainda está discutindo a regulamentação do artigo 231”, diz Maurício Tolmasquim, presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. “Temos um grupo de trabalho tocan-



Antônio Daice Munduruku: “Esse negócio de usina é assustador para nós”

do esse assunto, mas ainda não há nada fechado. Assim que concluirmos uma proposta, ela ainda terá que ser encaminhada para análise do Congresso Nacional.”

Enquanto a regulamentação não sai, o governo tenta avançar paralelamente. Na semana passada, a Advocacia-Geral da União (AGU) publicou uma portaria para permitir que o poder público faça intervenções em áreas demarcadas sem a necessidade de pedir autorização às populações indígenas do local. A portaria se apoiou em salvaguardas institucionais fixadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 2009, quando a corte decidiu sobre o polêmico caso de demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima.

A portaria causou atritos com a Funai, que divulgou nota manifestando contrariedade sobre o teor da decisão. “Entendemos que a medida restringe o reconhecimento

to dos direitos dos povos indígenas, especialmente os direitos territoriais, consagrados pela Constituição Federal”, alegou a fundação. O julgamento da petição de Raposa Serra do Sol, diz a Funai, ainda não foi encerrado, tendo em vista a existência de embargos de declaração pendentes de decisão na Corte Suprema. Além disso, segundo a fundação, o Supremo já teria informado que a decisão proferida no caso não tem “efeito vinculante” para os demais processos que envolvem a demarcação de terras indígenas. As reclamações chegaram à AGU, que nesta semana concordou em discutir o assunto.

Essas são questões complexas para o entendimento de Antônio Daice Munduruku, isolado no Médio Tapajós. “Não conseguimos entender direito essas coisas. O que nós queremos é apenas paz e o direito de poder ficar em nossa terra, com a nossa família.” (AB)

Governo admite rever algumas das usinas

De Itaituba

O governo admite a possibilidade de rever parte do potencial hidrelétrico que pretende explorar na região amazônica. As usinas de São Luiz do Tapajós e Jatobá estão fora dessa avaliação, mas outros projetos deverão ser retirados da lista de prioridades. “Acredito que teremos de abrir mão de parte de nosso potencial hidrelétrico. Certamente não poderemos usar todo o potencial do Tapajós, por exemplo”, diz Maurício Tolmasquim, presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE). “Estamos apenas na fase de estudos ambientais desses empreendimentos, tudo vai depender do que for decidido pelo Ibama. O relatório de impacto ambiental poderá reprovar as usinas.”

Um levantamento do Observatório de Investimentos na Amazônia, ligado ao Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), aponta que há 30 usinas hidrelétricas planejadas ou em fase de construção na região. O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) prevê investimentos de R\$ 94,1 bilhões nesses empreendimentos, dos quais R\$ 67,3 bilhões estão atrelados a hidrelétricas em andamento (Jirau, Santo Antônio, Belo Monte, Santo Antônio do Jari, Colíder, Teles Pires, Estreito e Ferreira Gomes). Os demais R\$ 26,8 bilhões estão direcionados para novas usinas (São Luiz do Tapajós, Jatobá, São Manoel e Sinop).

Para Alessandra Cardoso, coordenadora do Observatório, a falha mais grave desses projetos é a “falta de sinergia” sobre seus impactos sociais e ao ambiente. “Se considerarmos o conjunto das 30 hidrelétricas previstas até agora para a Amazônia, qual seria a estimativa do aumento populacional esperado? Esses cálculos simplesmente não existem”, diz.

Outro problema levantado pelo estudo do Inesc diz respeito ao cumprimento das condicionantes socioambientais que os empreendedores assumem ao vencerem os leilões dessas usinas. “Há um para-

existia na região. Hoje, segundo Sefrian, há cerca de 150 retroescavadeiras revirando terras todos os dias na bacia do Tapajós.

O **Valor** flagrou balsas carregando os equipamentos pelo rio. Apesar da ilegalidade total, tudo transcorre normalmente. O maquinário é caro. Uma “PC” nova, com todos os apetrechos, custa cerca de R\$ 600 mil, diz o ex-secretário de Itaituba.

Para quem está no ramo, vale a pena o risco. O Tapajós transformou-se no novo Eldorado. A região está produzindo meia tonelada de ouro por mês, o que representa US\$ 26,4 milhões, de acordo com o preço atual do metal. Há cinco anos, o volume mensal girava em torno de 200 quilos. “O preço disparou e o negócio voltou a atrair gente”, conta Sefrian.

Em 2005, o preço da onça do ouro (31,10 gramas) teve média de US\$ 445. Em 2009, a cotação dobrou e chegou a US\$ 974 e não parou mais de subir. Hoje o preço da onça está em US\$ 1.643. “O problema é que a exploração hoje está acontecendo de forma muito aleatória. Não existe muito controle do que é retirado, produzido ou vendido na região.”

O negócio é tão bom que até Sefrain, o ex-secretário de Meio Ambiente, virou garimpeiro. Hoje, ele possui uma “PC” e uma pá carregadeira prontas para entrar em ação na unidade de conservação Crepori, entre o sul do Pará e o norte do Mato Grosso. Já contratou 34 homens e diz que tenta legalizar o início da extração.

“É uma situação difícil. Hoje, todo mundo trabalha sem autorização para lavra. Mas é preciso mostrar para a população que o garimpo é bom”, diz. “Eu não consegui ainda a autorização, mas estamos prontos e vamos começar a trabalhar. Nossa dificuldade é a morosidade do Estado para regularizar a exploração.”

doxo entre a eficiência do governo para reduzir unidades de conservação ambiental e para fazer cumprir as condicionantes ambientais. Vemos uma desconexão entre os investimentos nas obras e o planejamento dos gastos em políticas públicas”, diz Alessandra.

Para minimizar os impactos ambientais no Tapajós, o governo defende a tese que vai se basear no modelo inédito de “usina plataforma”, inspirado nas plataformas de petróleo, isoladas no oceano. Tudo seria transportado por meio do rio ou por via aérea. Nenhuma estrada seria aberta na mata para preservar o ambiente. Ocorre que há muitas pedras no rio Tapajós, o que dificulta muito a navegação. Além disso, a rodovia Transamazônica corre por toda margem esquerda do rio. No ponto onde está prevista a construção da barragem de São Luiz, a rodovia passa a menos de 200 metros de distância. Isso significa que, na prática, se o projeto for aprovado, fatalmente a Transamazônica será a principal via de acesso.

Os dados da EPE apontam que o Brasil é dono do terceiro maior potencial hidrelétrico do planeta. O país detém 10% de todo o recurso hídrico mundial, só atrás da China (13%) e da Rússia (12%). De todo esse potencial, diz Maurício Tolmasquim, presidente da EPE, apenas um terço é utilizado até hoje para geração de energia. “O nosso problema é que os 66% desse potencial que ainda não utilizamos estão justamente na região Norte.”

Uma vez em operação, a usina de São Luiz poderia fornecer energia para atender cerca de 15 milhões de casas. Jatobá iluminaria mais 6 milhões de residências. Juntas, as duas hidrelétricas poderiam atender nada menos que 38% dos 57,3 milhões de domicílios do Brasil. A maior parte da geração, no entanto, estaria voltada para o setor industrial. (AB)